

# Outro mundo

ÂNGELO NOVO

Porto: *Estratégias Criativas*, 2019. 159p.

Angela Lazagna\*

O mais recente livro de Ângelo Novo – pseudônimo de António M. Valente, português da cidade do Porto – é o terceiro da sua trajetória literária e política. Excetuando o primeiro capítulo – uma comunicação apresentada no IV Colóquio Marx e Engels (Cemarx/IFCH/Unicamp) –, caracteriza-se por ser uma coletânea de artigos publicados no Brasil e em Portugal, entre os anos de 2003 e 2016.

Parte destes textos – capítulos 4, 5 e 6 – remete, respectivamente, a acontecimentos de impacto relevante na história mundial, ocorridos no final do século passado e início deste século: a agressão militar contra o Iraque levada a cabo pelos Estados Unidos e a Grã-Bretanha; as manifestações e protestos mundiais antiglobalização e anticapitalista, perpassados pelo ciberativismo, o surgimento do Fórum Social Mundial (FSM) e o caso Snowden. De qualquer modo, os capítulos que poderíamos classificar como “mais datados” estão estreitamente conectados com os demais, constituindo uma unidade teórica, qual seja: uma reflexão sobre as possibilidades de superação do capitalismo, sobretudo da sua fase neoliberal, e de transição ao comunismo. Ou, como bem ilustra o título: a construção de um *Outro mundo*. Nossos comentários centrar-se-ão nas ideias desenvolvidas nos capítulos “mais teóricos”.

---

\* Pesquisadora de Pós-Doutorado Júnior no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. E-mail: alazagna@gmail.com

O autor, munido de um elegante vocabulário, de um elaborado arsenal teórico-conceitual e manifestando um vasto acúmulo bibliográfico, enfrenta questões complexas e fulcrais para a abordagem do tema da “transição ao comunismo”. E o faz sempre a partir de referências históricas concretas: as experiências revolucionárias que marcaram o século XX. Privilegiando uma chave analítica confrontativa, Ângelo Novo aborda os problemas cruciais que perpassaram estas experiências: estatização *versus* apropriação e socialização democrática dos meios de produção; desenvolvimento das forças produtivas *versus* luta de classes; determinismo causal e etapismo histórico *versus* multicausalidade do processo de transformação social, totalitarismo *versus* democracia radical. No entanto, mesmo chamando a atenção aos debates ocorridos na década de 1960 sobre as “etapas do desenvolvimento histórico”, o autor dispensa as análises inovadoras realizadas nesse período pela escola althusseriana. E justifica sua escolha argumentado que a tentativa, por parte da corrente althusseriana, de construção de “uma teoria geral da sucessão dos modos de produção” através de “um jogo combinatório de invariantes estruturais” teria apresentado, em sua opinião, resultados “totalmente insatisfatórios” (p.17). Esta é a única referência explícita à escola althusseriana.

No capítulo 1, o autor ressalta duas características do processo histórico: o desenvolvimento cumulativo e os “pontos de ruptura” com os seus limites anteriores. Os “pontos de ruptura”, que inauguram “novas oportunidades”, se originam nas contradições – “os ruídos de fundo” – oriundas das lutas de classes. Mesmo diante do diagnóstico da ausência de uma teorização das condições específicas que produzem tais rupturas, Ângelo Novo argumenta que as múltiplas possibilidades de mudança são circunscritas pelos “recursos disponíveis em saber técnico e organizativo” adequados a um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Predominam, nesse sentido, as “novas organizações políticas e sociais” que melhor se organizarem e otimizarem os “recursos técnicos, organizativos e de saber científico disponíveis e mobilizáveis socialmente” (p.17). Vale ressaltar que uma tese similar foi desenvolvida anteriormente pelo filósofo canadense e pai do “marxismo analítico”, Gerald A. Cohen, em sua obra: *A teoria da história de Karl Marx: uma defesa*. Para tanto, Cohen recorreu ao modelo explicativo desenvolvido pelo russo Georgi Plekhánov.

Ângelo Novo também ressalta a imprescindibilidade de um “programa político de transição”, procurando, por conseguinte, esboçar os seus contornos (capítulos 2 e 5). Um dos aspectos fulcrais deste “programa transicional” é a aplicação de uma socialização efetiva do trabalho, que só pode ocorrer, de fato, se o proletariado organizado controlar coletiva e democraticamente tanto a esfera da produção como a direção político-social. Logo, a equação socialismo *igual* estatização dos meios de produção é criticamente identificada como um dos limites do “socialismo real”. Ainda segundo o autor, contribui para o sucesso desta socialização a subordinação do avanço tecnológico ao processo de transformação revolucionária da sociedade. Nesse sentido, nos são dadas como exemplo as redes informáticas, que auxiliariam

na tomada democrática de decisões e no fluxo horizontal de informações. No entanto, o pluralismo de opiniões e a ampla democracia participativa que embasam as decisões devem se restringir ao “campo proletário” (p.49).

Vale a pena sublinhar que no último capítulo (o mais recente de todos e que data de 2016), o autor incorpora em sua análise algumas ideias desenvolvidas por Nicos Poulantzas em seu último livro, publicado em 1978, *O Estado, o poder, o socialismo (EPS)*. É sabido que a concepção de Estado capitalista apresentada por Poulantzas em *EPS* se distancia daquela desenvolvida em sua célebre obra *Poder político e classes sociais (PPCS)*, lançada dez anos antes, na qual evidencia-se a sua estreita vinculação com as teses desenvolvidas pela escola althusseriana da década de 1960. Portanto, a adoção de uma argumentação poulantziana por parte do autor não contradiz formalmente a sua sucinta crítica, presente no início do livro, à corrente althusseriana.

De qualquer forma, a incorporação das teses presentes em *EPS* é parcial. Ao contrário de Poulantzas, o autor defende a permanência, em seu “programa transicional”, dos conceitos de ditadura do proletariado, de duplo poder e da tese da extinção do Estado. A reflexão do autor acerca dessas questões, associadas à predominância de uma “democracia radical” proletária é mais uma importante contribuição presente em seu livro. No entanto, a incorporação do conceito poulantziano de Estado relacional – o Estado como uma condensação material de forças – acaba por contradizer substantivamente a sua defesa do conceito de ditadura do proletariado e da tese da precibilidade do Estado.

Em *EPS*, o Estado é reduzido a uma instituição que pode se inclinar tanto para uma classe social em luta como para outra, dependendo da capacidade que cada uma dessas classes possua de se organizar para a luta política e institucional e para pressionar a burocracia na direção dos seus interesses políticos de classe. Nesta nova concepção de Estado defendida por Poulantzas, o Estado burguês passa a possuir uma dupla natureza: 1) Uma função “social”, que deve ser conservada; 2) E uma função de classe, que deve ser transformada, ou seja, a *transição do Estado no seu sentido estrito para o Estado no seu sentido amplo*; e não, necessariamente, a sua extinção. Vale lembrar que esta concepção foi rechaçada por Lenin em sua crítica ao reformismo que caracterizou a proposta de Vandervelde, um dos líderes da Segunda Internacional.

Mais consoante às inquietações teóricas e políticas manifestadas por Ângelo Novo seria o conceito de Estado capitalista desenvolvido por Poulantzas em *PPCS*, que contempla os efeitos ideológicos produzidos pela ação conjunta do direito burguês e do burocratismo – efeito de isolamento e efeito de unidade –, essenciais para conferir unidade política às classes dominantes enquanto desorganizam politicamente as classes dominadas. Por conseguinte, somente a interrupção desse duplo efeito ideológico possibilitaria a organização dos agentes da produção (*a classe operária, cuja existência no terreno da economia capitalista é potencial*) como *classe ativa*, quando o antagonismo latente se torna manifesto.